

O LUGAR DO ARQUIVO PESSOAL NOS CURSOS DE ARQUIVOLOGIA DO BRASIL

Gabrielle Francinne de Souza Carvalho Tanus

Doutoranda em Ciência da Informação, Mestre em Ciência da Informação, e bacharel em Biblioteconomia, pela Universidade Federal de Minas Gerais
E-mail: gfrancinne@gmail.com

Resumo: O campo da Arquivologia tem dado pouca importância aos arquivos pessoais e/ou literários, priorizando suas discussões em eventos, publicações, e, sobretudo, o ensino em torno dos arquivos administrativos e públicos. Assim, este trabalho tem como objetivo discutir a importância dos arquivos pessoais nos currículos dos cursos de Arquivologia, bem como reforçar a importância dos acervos dos arquivos pessoais como fonte de pesquisa e construção da memória. Para tanto, o método adotado foi da pesquisa bibliográfica, a fim de construir um texto de caráter teórico-crítico que demonstre a importância dos arquivos pessoais. Tais arquivos compostos por acervos heterogêneos – arquivísticos, bibliográficos e museológicos, suscitam uma equipe transdisciplinar. Assim, acredita-se que este momento, de criação de mais cursos de graduação, deveria contribuir para a visibilidade dos arquivos pessoais no campo e no ensino da Arquivologia.

Palavras-chaves: Arquivos Pessoais. Arquivos Literários. Arquivologia. Ensino da Arquivologia.



1 INTRODUÇÃO

A origem dos arquivos está associada ao desenvolvimento da escrita e da administração do estado antigo e, concomitantemente a essas duas atividades, houve também o crescimento das cidades, das transações econômicas e das trocas mercantis realizadas entre os homens, o que levou à necessidade de registrar, controlar e armazenar tais ações. Advêm então desse momento os espaços de guarda criados para a manutenção dos suportes da memória registradas¹. Sobre a exterioridade do

¹ Vários foram os tipos de suportes utilizados na Antiguidade, como, por exemplo, a argila, o barro, o papiro, o pergaminho, o bronze e a pedra. O papel, suporte largamente utilizado hoje em dia, foi inventado em 105 d.C., na China (JAGUARIBE, 1999).

arquivo, Derrida afirma que “não há arquivo sem o espaço instituído de um lugar de impressão” (DERRIDA, 2001, p.8), tanto o topológico quanto o nomológico tornam-se elementos indispensáveis no espaço do arquivo, pois o lugar (topos) possibilita o exercício da autoridade e do comando (nomos) nos espaços físicos dos arquivos.

Na Antiguidade, os arquivos eram a casa, a residência, o endereço dos magistrados superiores, os arcontes, homens que, além do poder político, da capacidade de fazer e representar as leis, tinham a responsabilidade pela guarda dos documentos oficiais em sua domiciliação e a competência hermenêutica para interpretação desses documentos. Assim, os arcontes foram os primeiros guardiões dos suportes materiais contidos nos arquivos. Todavia, anterior a esse momento, da cultura escrita, visual, Le Goff (1998) aponta que, na cultura oral, auditiva, ou seja, nas sociedades sem escritas, que remontam à pré-história, havia a figura dos especialistas da memória – “homens-memória”. Estes homens desempenhavam o importante papel de reter informações de toda ordem, uma memória da sociedade, da história objetiva e ideológica, assim como também eram responsáveis por manter a coesão do grupo. Assim a memória estaria a cargo de algumas pessoas legitimadas para o exercício desse poder, de uma memória coletiva, que visava inclusive à manutenção de uma identidade do grupo, e “com o desenvolvimento da escrita estas ‘memórias vivas’ transformam-se em arquivistas” (LE GOFF, 1998, p. 20).

A relação da memória com o poder é latente desde a instauração da linguagem, do processo de comunicação, bem como por meio da criação das “instituições-memória”, tendo em vista que os reis criaram em seus palácios grandes depósitos para abrigar as numerosas tabuletas, configurando em um centro arquivístico e biblioteconômico². Na antiguidade foram também

² Ao longo da Antiguidade e Idade Média, arquivos, bibliotecas e museus formavam um mesmo espaço, não havendo a distinção institucional tal como conhecemos. Essa separação só irá começar a ocorrer a partir do século XIV, no Renascimento, momento em que surgiram os primeiros traços efetivos de

erguidos os templos para a contemplação das artes, o *museion*, lugar de criação e inspiração das nove musas³, filhas de Mnemosine (deusa da memória) com Zeus (deus do tempo). Visto a partir desse prisma de relações de poder e de força em que os arquivos, as bibliotecas e os museus se inserem, Murguia (2010) as nomeia de “lugares políticos”. Esta denominação decorre, em virtude do relacionamento entre as instituições e os homens que estavam no poder ou do interesse do próprio Estado em construir sua memória a partir de uma construção discursiva por meio dos acervos documentais.

Essa fixação da memória em um suporte estável e exterior ao corpo do homem está ligada a “pulção de morte”, que segundo Derrida (2001) é responsável pela instituição do arquivo e também por sua própria destruição. A consciência da perda, da morte dos homens os levam a registrar, reproduzir, reimprimir, isto é, ao desenvolvimento das possibilidades de memorização e registro fora do corpo. Daí reside o “mal de arquivo”, uma contradição interna do arquivo de conservar tudo, a memória dos homens, mas em contrapartida essa mesma memória pressupõe o esquecimento, tendo em vista que é impossível viver sem o esquecimento (NIETZSCHE, 2003), ou mesmo armazenar tudo.

A fixação da informação em um registro permitiu diversas manifestações da memória, entre elas, a celebração de monumentos comemorativos e a instauração do documento, outra forma da memória ligada à escrita, em que “todo documento tem em si um caráter de monumento e não existe memória bruta” (LE GOFF, 1998). A ideia é de que o documento seja visto como

distinção de arquivos, bibliotecas e museus, sendo refletidos nos tratados e manuais, isto é, obras que abordavam os conhecimentos práticos e específicos de cada instituição (ARAÚJO, 2013).

³ Após a vitória dos deuses do Olimpo sobre os titãs, foi solicitado a Zeus que criasse divindades capazes de cantar a vitória e perpetuar a glória dos Olímpicos. Zeus então partilhou o leito com Mnemosine, a deusa da memória, durante nove noites, dando a luz a nove filhas, as musas. Elas cantavam o presente, o passado e o futuro, para deleite das divindades. Eram deusas inspiradoras da música e divindades que presidiam os diferentes tipos de poesia, assim como as artes e as ciências.

resultado de um esforço da seleção de um profissional, o documento não fala por si só, ele não é inocente ou inócuo, e sim, um produto da sociedade que o fabricou segundo relações de força e de poder. Acrescenta-se ao lado do conceito de documento o termo monumento, que envolve uma herança do passado, uma evocação do passado. Assim, o documento/monumento ampliado para além dos textos escritos vistos como fontes históricas verdadeiras para o positivismo, passa a ser visto como uma construção discursiva, uma fonte de pesquisa que deve ser questionada segundo as relações de produção estabelecidas em um determinado tempo histórico.

Sob esse prisma do documento/monumento entende-se o documento de arquivo, que também tem alargado seu conceito de documento textual para abrigar as diversas dimensões, formatos e suportes. Segundo Marques (2007) os arquivos, em especial, os arquivos pessoais de escritores, são formados por uma heterogeneidade de materiais – manuscritos, datiloscritos, livros, revistas, fotos, correspondências, cartazes, obras de arte plásticas, vídeos, objetos pessoais, mobiliário, etc -, dotando-os de um caráter híbrido, uma mistura de arquivos documentais, de museu e biblioteca.

Embora complexos em sua constituição, tais arquivos pessoais ainda ocupam uma reduzida parte dos estudos da Arquivologia e do campo das Ciências Sociais, tendo em vista que os arquivos públicos e administrativos assumem majoritariamente as cenas das reflexões e pesquisas (HEYMANN, 2012). Em dois dos principais eventos da área, realizados no país, a Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa da Arquivologia – REPARQ, e o Congresso Nacional de Arquivologia – CNA, pôde-se constatar por meio das temáticas das apresentações de trabalhos a reduzida participação dos arquivos pessoais e/ou literários⁴ na cena de discussões. Contudo,

⁴ Marques (2013) diferencia os arquivos pessoais e arquivos literários, sendo os primeiros arquivos depositados na casa do escritor, enquanto o segundo diz respeito aos arquivos que foram deslocados da morada do escritor para um espaço institucionalizado, de um espaço público, em contrapartida ao espaço

no Congresso Brasileiro de Arquivologia – CBA, os arquivos pessoais assumem um pouco mais a cena das discussões, conforme disposto nos anais do evento. Ressalta-se ainda que, alguns eventos sobre os arquivos pessoais e/ou literários têm ocorrido por meio dos esforços das instituições que abrigam esses arquivos, como, por exemplo, o seminário “Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa”, realizado em 2010, na Fundação Casa de Rui Barbosa.

Tal realidade de um distanciamento dos arquivos pessoais pode ser ainda percebida nas publicações dos periódicos da área da Arquivologia e da Ciência da Informação, campo este que mantém um diálogo interdisciplinar com aquela área, e tem constituído em um espaço de desenvolvimento de pesquisas de pós-graduação em seus programas e de divulgação de produções acadêmicas por meio dos periódicos. Nessa direção, de certo descuido com os arquivos pessoais, Marques (2007) considera que a própria constituição e o cuidado com os acervos literários são tardios no Brasil (MARQUES, 2007). Desse modo, acredita-se que haja igualmente um apagamento desses tipos de arquivos no ensino da Arquivologia, campo de estudo destinado à formação de arquivistas. Profissionais com capacidade científica e técnica para atuar nas atividades de planejamento, análise, organização e acesso de documentos públicos e privados de cunho histórico, governamental, administrativo, científico e literário. Assim como, acompanham o processo documental e informativo de documentos diversos, entre eles gravações sonoras, filmes, isto é, documentos especiais, que também são abrigados nos espaços de um arquivo, que, segundo Bellotto (1998), são uma espécie de "reino" das contradições, das transgressões, do inesperado e da perplexidade.

Assim, objetiva-se discutir a importância dos arquivos pessoais nos currículos dos cursos de Arquivologia, bem como

privado e residencial. Contudo, neste trabalho, se consideram os arquivos pessoais e/ou literários de um modo mais geral, isto é, sob um mesmo olhar: arquivos pessoais.

reforçar a importância dos acervos dos arquivos pessoais e da multiplicidade dos documentos de arquivos como fonte de pesquisa e construção da memória. Parte-se, portanto, do pressuposto de que os cursos de Arquivologia têm dado pouca importância aos arquivos pessoais na formação do arquivista, privilegiando os arquivos institucionais e administrativos, em detrimento daqueles arquivos, conduzindo, portanto, a uma falha na formação dos profissionais, pois como lembrou Camargo (2009), “os arquivos pessoais são também arquivos”, e também lugares de memória de uma determinada sociedade onde o arquivo e sua massa documental se inserem.

2 ENSINO DA ARQUIVOLOGIA NO BRASIL

O ensino da Arquivologia no Brasil pode ser considerado recente quando comparado com a realidade europeia⁵ e com a própria constituição dos arquivos, que remonta ao momento em que o homem começou a produzir e a custodiar documentos. No país a consolidação da Arquivologia como campo científico inicia-se a partir da década de 1970, tendo em vista nesta época os diversos acontecimentos: a criação do primeiro periódico arquivístico nacional, o Mensário do Arquivo Nacional (MAN); a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB); a autorização da criação de cursos superiores pelo Conselho Federal da Educação; o primeiro Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA); o estabelecimento de um currículo mínimo e a duração dos cursos; a regulamentação da profissão; a aprovação do quadro permanente de professores para o Curso Permanente de Arquivos (CPA)⁶ e dos cursos avulsos que funcionavam no Arquivo Nacional (MARQUES, 2012).

⁵ Matos (2008) aponta que a primeira escola criada data de 1811, a *Scuola di archivistica* (Itália/Nápoles), dez anos depois, em 1821, duas escolas são fundadas para difundir essa corrente de pensamento, a *École des Chartes* (França/Paris) e a *Bayerische Archivschule* (Alemanha/Munique).

⁶ O Curso Permanente de Arquivos, do Arquivo Nacional, criado em 1960, pode ser considerado o primeiro curso na área. Anterior a ele funcionou o

Tal currículo mínimo era composto pelas seguintes disciplinas: Introdução ao estudo do Direito; Introdução ao estudo da História; Noções de Contabilidade; Noções de Estatística; Arquivo I – IV; Documentação; Introdução à Administração; História Administrativa, Econômica e Social do Brasil; Paleografia e Diplomática; Introdução à Comunicação; Notariado e uma língua estrangeira moderna. Essa mesma resolução do CFE fixou um mínimo de 2.160 horas-aula, distribuídas entre três e cinco anos, incluso, ainda, a proposta de Estudo de problemas brasileiros, Educação física e estágio supervisionado em instituição especializada, correspondendo a 10% do total das horas previstas. Era facultada também aos cursos a criação de habilitações específicas como: Arquivos históricos, Oficiais, Empresariais, Escolares, Científicos, etc. (MARQUES, 2007; JARDIM, 1999).

Percebe-se, então, que já nesse primeiro currículo havia um apagamento dos arquivos pessoais e/ou literários dos cursos de Arquivologia. O que indica um caminhar na contramão da institucionalização dos arquivos literários no Brasil, pois conforme Marques “A instalação desses centros de documentação dedicados a organizar e preservar nossos arquivos literários situa-se, nos anos 70 e 80, marcados por uma forte pressão de mecanismos de amnésia social e histórica” (MARQUES, 2003). Sendo que, em 1962, teve-se a criação do Instituto de Estudos Brasileiros da USP, e, posteriormente, naquelas outras duas décadas, houve a criação de diversos arquivos: Arquivo Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa, de 1972, Centro de Memória Literária da PUC/RS, Acervo Sulinos, de 1982, Centro de Documentação Alexandre Eulálio da Unicamp, de 1984, Fundação Casa Jorge Amado, de 1986, Acervo de Escritores Mineiros da FALE/UFMG, de 1989, entre outros.

Cursos de Aperfeiçoamento de Arquivos, voltados para os servidores da instituição. O CPA chegou a ser transferido, em 1977, de um local de memória para a universidade, antiga Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ), atual Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Mesmo após a implantação no cenário nacional da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em 1996, que pôs um fim na lógica do currículo mínimo e conferiu às universidades e aos cursos maior flexibilidade na montagem de seus currículos, os cursos de Arquivologia pareciam carecer de disciplinas obrigatórias em torno da temática dos arquivos pessoais. Sobre os currículos dos 16 cursos de Arquivologia, em funcionamento nas cinco regiões do Brasil⁷, as pesquisas de Negreiros, Silva e Arreguy (2012), Marques (2012) e Souza (2011) demonstram esse esquecimento dos arquivos pessoais e/ou literários⁸ nas grades curriculares, pois, de modo geral, sobre os cursos de graduação em Arquivologia os autores constataram que:

a) os diferentes espaços geográficos, as demandas do mercado de trabalho e a vertente dos currículos influenciam nos objetivos dos cursos;

b) somente dois cursos, UFBA e UFSM, possuem objetivos similares que se concentram na valorização dos arquivos. Enquanto a pesquisa científica está presente nos objetivos dos cursos da UNESP, o mercado de trabalho tem uma posição destacada no curso da FURG e os demais cursos apresentam, como objetivos, a gestão de acervos, a gestão de sistemas de informação com aplicação das novas tecnologias, além de enfocarem a política de acesso;

c) o programa acadêmico do curso da UnB possui uma vertente orientada aos arquivos públicos, o da UNIRIO possui uma vertente acadêmica com ênfase na pesquisa, o da UFSM possui uma vertente profissional de caráter privado e o programa

⁷ Os dezesseis cursos de Arquivologia são ofertados pelas seguintes instituições de ensino superior: Sudeste (UNIRIO, UFMG, UFES, UFF, UNESP); Sul (UFSC, UFRGS, UEL, FURG, UFSM); Norte (UFAM, UFPA); Nordeste (UFPB, UEPB, UFBA) e Centro-oeste (UnB).

⁸ Acredita-se ser de suma importância a explicitação nos currículos dos cursos da disciplina com o nome de Arquivos pessoais e/ou literários, pois assim se conferiria um lugar a esses arquivos nos cursos, e não sob uma denominação genérica de arquivos, que irá depender da abordagem ou do foco do professor ao ministrar a disciplina.

acadêmico do curso da UFRGS possui uma vertente dirigida à gestão de documentos eletrônicos;

d) os currículos, em linhas gerais, apresentam disciplinas em comum, que podem ser agrupadas em disciplinas vinculadas à arquivística e à informação e em disciplinas interdisciplinares;

e) as disciplinas vinculadas à arquivística e à informação revelam um equilíbrio, sendo aquelas que apresentam maior semelhança são: Arranjo e Descrição de documentos, Avaliação de documentos, Conservação preventiva de arquivos, Diplomática I e II, Estágio Supervisionado I e II, Gestão de documentos I, Introdução à Arquivologia, Paleografia, Projetos e Sistemas de Arquivos, Reprografia e Microfilmagem e Trabalho de conclusão de curso;

f) as disciplinas interdisciplinares revelam similaridade, sendo que aquelas que apresentam uma maior coesão são: Direito Notarial, Estatística aplicada, Inglês instrumental, Instituições de direito público e privado, Metodologia de pesquisa científica, Organização e Métodos;

g) as discussões sobre harmonização dos cursos de Arquivologia, no Brasil, estão pouco desenvolvidas (SOUZA, 2011; NEGREIROS, SILVA, ARREGUY, 2012).

Talvez a ausência dos arquivos pessoais esteja relacionada com a predominância nos cursos com a preocupação com o mercado e com os arquivos públicos, que certamente são mais expressivos quantitativamente nos países, quando comparados com os arquivos pessoais institucionalizados em espaços públicos. Tal percepção é reforçada na tabela exposta por Souza (2011), em seu recente trabalho de tese, em que apresenta as disciplinas específicas que compõe os cursos de Arquivologia, e, que, por sua vez, não contempla nenhuma disciplina com o nome de “Arquivos pessoais” ou “Arquivos literários”.

Contudo, a partir da leitura dos nomes de algumas disciplinas obrigatórias ofertadas pelos cursos, acredita-se que as mesmas poderiam trabalhar com esses arquivos, como, por exemplo, “Arquivos e Cultura Brasileira” (UEL, UFBA); “Arquivo, Patrimônio e Memória” (UFPB); “Arquivo, Memória e

Sociedade” (UEL, UNESP); “Arquivos Especiais” (FURG); “História e Acervos documentais” (UEL); “História e Memória” (UEL); “Memória, Cultura e Sociedade” (UNIRIO); “Memória e Cultura” (FURG); “Memória e Patrimônio Cultural” (UFMG, UFPA); e, “Memória, Patrimônio e Pesquisa” (UFSC). Conforme já dito, o fato, de não haver um local específico dos arquivos pessoais e/ou literários nos currículos dos cursos de Arquivologia, conduz ao entendimento de que a discussão desses arquivos dependerá do professor que ministrará a disciplina ou da oferta de disciplinas optativa e/ou eletivas. Outro ponto interessante é perceber que, dos 16 cursos de Arquivologia em funcionamento, apenas os cursos da UEL, UFBA, UFPB, UNESP, FURG, UNIRIO, UFMG, UFPA e UFSC podem, por meio daquelas disciplinas abordar a relação dos arquivos pessoais com a memória, história e cultura, uma questão cara a esses espaços.

Além dos aspectos culturais dos arquivos pessoais, acredita-se que os mesmos abalam os princípios arquivísticos tradicionais, desenvolvidos para os arquivos públicos e institucionais, em um momento específico da história. Nesse contexto do século XIX, as organizações eram estáveis, monohierárquicas e possibilitavam uma correspondência entre a origem do documento e a estrutura administrativa, a fim de uma organização própria dos arquivos, não mais temática como vinha sendo realizado (COOK, 1998). Os arquivos pessoais, diferentemente, requerem a introdução de novos conceitos, princípios, esquemas de organização e classificação no campo da Arquivologia. A proveniência, princípio básico da Arquivologia, não é suficiente para esses arquivos, em que a produção de documentos heterogêneos assume uma multiplicidade de contextos, direções, evidências, dado que o produtor não está isolado do tempo e espaço em que produz o documento, assim como não está à parte das relações sociais de força e de poder que se instauram em qualquer sociedade. O documento já não pode mais ser visto como "subproduto" administrativo, mas sim como um "produto consciente" (BELLOTTO, 1998, p.203). Dessa forma, os arquivos pessoais urgem por uma nova Arquivologia

baseada em processos, funções, em vez de uma abordagem descritiva e estável dos documentos, o que conseqüentemente, convoca uma nova direção no ensino da Arquivologia.

Essa dualidade entre os arquivos pessoais, individuais *versus* públicos, administrativos, apontada por Terry Cook (1998), reside na compreensão de que os arquivos pessoais, individuais, privados, seriam arbitrários, imparciais, artificiais, mais próximos das bibliotecas e dos museus, que filtram e distorcem a realidade, enquanto os arquivos institucionais, administrativos, públicos, seriam objetivos, neutros, ou mesmo inocentes, sendo, portanto, resultados da estrutura da organização. Por isso, uma preferência por esse último tipo de arquivo, que não comprometeria a cientificidade da Arquivologia. Além disso, há ainda uma correspondência do documento desses arquivos como fonte de verdade, e do arquivista como um mero guardião de documentos, bem aos moldes de uma visão clássica da área influenciada pelo positivismo científico.

Em contrapartida a essa visão, outra vertente da Arquivologia assume o cenário ao lado do avanço do discurso da pós-modernidade. Cook, considerado um dos primeiros autores de uma nova Arquivologia, apregoa que essa dualidade entre os arquivos é falsa, pois, em primeiro lugar, “ambos são artefatos de registros derivados de uma atividade; os arquivos são evidências das transações da vida humana, seja ela organizacional, e, por conseguinte, oficial, seja individual, e, portanto, pessoal” (COOK, 1998, p. 131). Em segundo lugar, os arquivistas, tanto nos arquivos públicos quanto nos pessoais, usam procedimentos técnicos e métodos praticamente semelhantes, em termos de como acessam, descrevem, armazenam, conservam os arquivos e os colocam à disposição para fins de pesquisa.

Essa vertente mais moderna da Arquivologia coloca os arquivos como construções discursivas resultantes das regras e do jogo de poder de uma sociedade. Os documentos de arquivo, por sua vez, deixam de ser fontes de verdade, para serem vistos como construções sociais, em que o próprio arquivista assume uma postura ativa diante dos documentos, sendo considerado ator e

agente do processo de seleção, armazenamento, descarte, e construtor de regras, do que pode ser dito e/ou visto por meio dos documentos. Essa visão contribui, portanto, para uma aproximação entre os arquivos e a sociedade, em que os arquivos são parte da sociedade e não instituições de uma sociedade, algo externo e desinteressado das relações sociais (DELGADO-GÓMEZ, 2010).

Acredita-se que a figura dos arquivos como imagens epistemológicas contribuem para a renovação Arquivística, tendo em vista que os arquivos passam a ser considerados como dispositivos discursivos, inseridos em sistemas de luta e de poder, de enunciados de um determinado contexto marcado por um tempo e espaço definidos. Na esteira dessa abordagem, Michel Foucault entende que os arquivos constituem num sistema geral de formação e transformação de enunciados, “o arquivo é, antes de tudo, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o surgimento dos enunciados como acontecimentos singulares” (FOUCAULT, 2006, p.53).

Para Ketelaar (2007), os arquivos são “depósitos de interpretações”, de onde se extraem diversas “narrativas tácitas dos arquivos”, os documentos de arquivo igualmente caminham nessa direção, pois eles não falam por si só, sendo necessário interpretá-los ou realizar uma genealogia semântica para compreendê-los. Essa transformação do olhar tem direcionado inclusive a valorização dos arquivos pessoais como fonte histórica, que advém da própria renovação da historiografia, de uma Nova História, sobretudo, de uma História Cultural, em que o indivíduo ganha as cenas nas pesquisas do campo da história, constituindo os sujeitos e seus acervos em partes das pesquisas sobre a história das mentalidades.

3 RELAÇÃO ENTRE OS ARQUIVOS E A MEMÓRIA

Os arquivos são instituições de suma importância para a sociedade, pois seus documentos são vitais, tendo em vista que conservar os arquivos é um ato indispensável, “eles são o produto necessário do funcionamento de toda sociedade organizada”

(DELMAS, 2010, p. 19). Por outro lado, mais documentos de arquivos são também gerados, uma vez que, “quanto mais documentos são usados para que os homens registrem seus atos e assegurem sua continuidade e estabeleçam relacionamentos duráveis entre si, mais eles produzem e conservam arquivos” (DELMAS, 2010, p. 19). Ainda segundo esse autor, os arquivos servem para provar direitos (uma utilidade jurídica e judiciária), para lembrar-se (uma utilidade de gestão), para compreender (uma utilidade científica de conhecimento) e para identificar-se pela transmissão da memória (uma utilidade social).

Particularmente sobre o olhar da utilidade social dos arquivos, os documentos ocupam mais a cena do simbólico, das relações e construções sociais, do que testemunhal, isto é, de documentos como probatórios de um fato. Com estes documentos probatórios ou “testemunhos” se escreve a História de um povo, território, nação, uma reconstrução do passado a partir dos escritos registrados nos documentos. Contudo, história e memória assumem feições diferenciadas, posto que “[a] memória é aquela fala que circula nas noites de vigília, que passeia de aldeia em aldeia de um lado a outro do reino, palavras com as quais um povo se reconhece e comunica” (DELMAS, 2010, p.41). A memória é a vida, sempre carregada de grupos vivos, está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento. Assim, existem diversas memórias coletivas quantos grupos, nos quais cada um imprime a sua duração (HALBWACHS, 2010).

Essa distinção de uma memória viva *versus* uma memória tradicional torna-se fundamental para compreensão da criação dos “lugares de memória”, que, segundo Nora (1993), nascem do sentimento de que a memória espontânea não existe mais. A vida moderna e os acontecimentos como a aceleração do tempo e os fenômenos como a mundialização, democratização, massificação, midiaticização acarretaram o fim das memórias vivas, naturais, ligadas aos indivíduos, sendo necessário estabelecer suportes das memórias e locais onde essa memória possa se cristalizar. Mas, os lugares de memórias, espaços simbólicos, funcionais,

monumentais e topográficos, são antes de tudo, restos e resíduos de uma memória (NORA, 1993).

A memória é recuperada parcialmente no passado com o olhar do presente, o passado não é passível de ser recuperado em sua totalidade tal como ocorrera, mas ela é reconstruída segundo os interesses do presente. O medo da amnésia coletiva, da perda da memória, acelera os processos de construção dos espaços de memória, levando a um crescimento institucional de arquivos, bibliotecas, museus, ou mesmo de obras autobiográficas que buscam reconstruir a genealogia familiar, a busca incessante por uma origem, uma memória primeira. Os arquivos pessoais caminham nessa mesma direção, de um desejo de memória, em que “ao se arquivar, o escritor manifesta o desejo de vencer o tempo, permanecendo na memória de um povo ou de um país” (MARQUES, 2003, p.143).

Para Artiérs (1998) os arquivos pessoais dizem muito sobre a imagem do sujeito, de suas práticas de armazenamento, que não são ingênuas ou inócuas, pelo contrário elas configuram um “armazenamento do eu”. Essas práticas de armazenamento constituem em uma atividade altamente subjetiva carregada de suas memórias individuais, de uma intenção autobiográfica notadamente marcada pelos aspectos intelectuais, culturais da trajetória de vida de seu possuidor (MARQUES, 2003). De modo que, “arquivando, o escritor deseja escrever o livro da própria vida, da sua formação intelectual; quer testemunhar, se insurgir contra a ordem das coisas, afirmando o valor cultural dos arquivos” (MARQUES, 2003, p. 149). Ou, como diria Marilena Chaui (2004), essas memórias individuais, armazenadas ou não nos arquivos pessoais, poderiam atuar como uma contra-memória, indo de encontro a uma memória dita oficial, que sufoca as memórias de grupos minoritários, visto que a sociedade capitalista não tem interesse em conservá-las. Neste contexto, vem à luz a célebre frase do personagem Mirek, da obra do escritor Milan Kundera (2008): “A luta da memória contra o poder é a luta da memória contra o esquecimento”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os arquivos pessoais são um tipo de arquivo recente no cenário da Arquivologia, pois estão associados à valorização do indivíduo, inseridos em um novo movimento historiográfico do século XX. Dessa maneira, pensar os arquivos pessoais torna-se ainda mais relevante, já que a trajetória dos mesmos é mais recente do que a dos arquivos administrativos e públicos, cuja origem está relacionada com a ação do Estado, seja na Antiguidade, ou para outros autores, na esteira da Revolução Francesa, que funda o Arquivo Nacional. A própria tencionalidade do documento é posta e reverbera nos arquivos, modificando, ou melhor, ampliando o entendimento de documento para além da inscrição em suportes e formatos estáveis, como, por exemplo, as folhas de um papel tão comum em quaisquer tipos de arquivo.

Os documentos de arquivo, independentemente de sua classificação como públicos ou privados, não são meras inscrições registradas fechadas em torno de si mesmas. O documento não tem uma verdade a ser revelada, mas sim reconstruída, ressignificada pelos sujeitos que selecionam os documentos de acordo com seus interesses. Nessa direção, Delgado-Gómez (2010) salienta que os documentos vinculam-se a contextos localizados em determinados momentos históricos, os quais são marcados pelas relações de poder⁹. Dessa maneira, para o autor, os documentos são resultados de processos de comunicação de significados que variam segundo as circunstâncias de comunicação, em que assumem múltiplas formas, de documentos impressos, passando por objetos a cidades, sítios da internet, etc.

Assim, o que determinaria e ativaria o significado de um documento de arquivo é a evidência que dele se pode extrair, a

⁹ Para uma análise dos documentos a partir de uma postura consciente dessas manifestações interessadas do poder, Foucault (2004) propõe algumas exigências ou princípios metodológicos como: princípio da inversão, princípio de descontinuidade, princípio da especificidade e princípio da exterioridade.

ação de produção e de arquivamento do mesmo. Acredita-se que, esse novo olhar, da evidência de um documento, poderia inclusive potencializar o diálogo com o conceito de “arquivos totais”, posta pelos canadenses, de que os arquivos deveriam recolher quaisquer espécies documentais, fomentando assim a incorporação de documentos variados, bem como a criação de mais arquivos pessoais e/ou literários do país.

Dessa mesma forma, os arquivos pessoais, “conjunto documentais resultantes de uma série de gestos e práticas, conformados pelos seus titulares, mas também pelos seus colaboradores, familiares e herdeiros, e disponibilizados por meio de estruturas institucionais que o produzem como fonte” (HEYMANN, 2012, p. 74), não ficam restritos à lógica da organização administrativa e todos aqueles envolvidos durante o processo de constituição do arquivo que fazem parte de sua trajetória. Essa visão coloca os arquivos pessoais como instituições sociais, marcadas pelo contexto social, cultural, econômico, político de seu proprietário, que não está isolado no mundo, ou em sua memória individual, mas em um estrato social, que configura inclusive sua memória a partir da memória coletiva em que se insere.

Juntas, memória individual, do produtor do arquivo pessoal, e memória coletiva, grupo onde se insere, possibilitam o desenvolvimento de pesquisas de toda ordem nos acervos, compostos por vestígios materiais ou não, o que permite “o entrecruzamento da história, da sociedade, das subjetividades, do inconsciente pessoal e político, dos construtos do real, tanto coletivos quando individuais com os elementos, processos, e convenções que resultam na obra literária” (BORDINI, 2011, p. 23). A importância das pesquisas diz respeito também à passagem da informação armazenada no espaço privado, de um arquivo pessoal, para o espaço público, no sentido mais amplo, que pode se dar pela via da documentação gerada pelo pesquisador, pois o resultado de seu trabalho tende a sair do espaço do arquivo para ganhar outra dimensão, a de publicação sobre o determinado acervo pesquisado em vários meios de comunicação.

Além da importância notável dos arquivos pessoais, conforme se buscou explicitar, nesses espaços há também a possibilidade de desenvolvimento de pesquisas de cultura material, de crítica textual, de crítica genética e de crítica biográfica. Ademais, acredita-se ser este um momento profícuo para se repensar os arquivos pessoais, tendo em vista a recente criação não só de mais seis cursos de Arquivologia, mas também de mais nove cursos de Museologia, e de dois cursos de Biblioteconomia, totalizando, assim, no cenário brasileiro, 16 cursos de Arquivologia, 14 de Museologia e 37 cursos de Biblioteconomia (TANUS, 2013). Cursos estes que muito podem contribuir para o excelente funcionamento dos arquivos pessoais, os quais são compostos por acervos heterogêneos – arquivísticos, bibliográficos e museológicos –, portanto, que não dizem respeito apenas ao plano arquivístico, mas a toda uma gama de outros campos disciplinares. Assim, tais campos como a Museologia e a Biblioteconomia contribuíram para o desenvolvimento das atividades desenvolvidas nos arquivos pessoais, como, por exemplo, na extroversão do acervo, comunicação, exposição, inventário de objetos pessoais, classificação, organização, descrição e disseminação da massa documental.

REFERÊNCIAS

ARTIÈRS, Philippe. Arquivar a própria vida. **Revista Estudos históricos**, v.11, n. 21, 1998.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. A Perspectiva de estudos sobre os sujeitos na Arquivologia, na Biblioteconomia e na Museologia. **Em questão**, v.19, n.1, 2013.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos pessoais em face da teoria arquivística tradicional: debate com Terry Cook. **Revista Estudos históricos**, v.11, n. 21, 1998.

BORDINI, Maria da Glória. Acervos de escritores e o descentramento da história da literatura. **O Eixo e a Roda**, Belo Horizonte, v. 11, p.15-23, 2011.

BRASIL. Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/>. Acesso em: 13 mar. 2014.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Revista Estudos Históricos**, v. 11, n. 21, p. 129-149, 1998.

CHAUI, Marilena. Prefácio. In: BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembrança de velhos**. São Paulo: Companhia das letras, 2004. p. 17-36.

DELGADO-GÓMEZ, A. **El archivo como construcción social**. Candelaria: Asarca, 2010.

DELMAS, Bruno. **Arquivos para quê?: textos escolhidos**. Trad. Danielle Ardaillon. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo: uma impressão freudiana**. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 22. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 14. ed. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 2010. 189p.

HEYMANN, Luciana Quillet. **O lugar do arquivo**: a construção do legado de Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Contra Capa/FAPERJ, 2012. 238 p.

JAGUARIBE, Helio. **A cultura do papel**. Rio de Janeiro: Fundação Eva Klabin Rapaport: Casa da Palavra, 1999. 192 p.

JARDIM, José Maria. A universidade e o ensino da Arquivologia no Brasil. In: JARDIM, José Maria (Org.). **A formação do arquivista no Brasil**. Rio de Janeiro: UFF, 1999.

KETELAAR, Eric. Narrativas tácitas: los significados de los archivos. **Tabula**, Salamanca, n. 10, p.137-147, 2007.

KUNDERA, Milan. **O livro do riso e do esquecimento**. São Paulo: companhia das Letras, 2008. 265 p.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5 ed. Campinas: Editora UNICAMP, 1998.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. Cursos de Arquivologia no Brasil; Adaptações curriculares. In: VENÂNCIO, Renato; NASCIMENTO, Adalson (Org.). **Universidades & Arquivos**: gestão, ensino e pesquisa. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação/UFMG, 2012.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. **Os espaços e os diálogos da formação e configuração da Arquivística como disciplina no Brasil**. 2007. 298 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade, e Ciência da Informação e Documentação, Brasília, 2007.

MARQUES, Reinaldo. Acervos literários e imaginação histórica: o trânsito entre os saberes. **Ipotesi**: revista de estudos literários, Juiz de Fora, v. 4, n. 2, jul./dez. 2000. p. 29-37.

MARQUES, Reinaldo. O arquivamento do escritor. In: SOUZA, Eneida Maria de; MIRANDA, Wander Mello (Org.). **Arquivos literários**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. p. 141-156.

MARQUES, Reinaldo. Arquivos literários e reinvenção da literatura comparada. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIC: Internacionalização do Regional, 13. **Anais...** Campina Grande-PB, julho de 2013 (inédito).

MATOS, Maria Teresa Navarro de Britto. **Panorama histórico da formação arquivística nas Américas**. 2008. Disponível em: www.aag.org.br/anaisxvcba.pdf. Acesso em: 5 nov. 2013.

MURGUIA, Eduardo Ismael (Org.). **Memória**: um lugar de diálogos para arquivos, bibliotecas e museus. São Carlos: Compacta, 2010.

NEGREIROS, Leandro R.; ARREGUY, Cintia A. C.; SILVA, Welder. Metodologia para análise, avaliação e reestruturação curricular de cursos de Arquivologia: a experiência do curso de Arquivologia da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais. In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 5. **Anais...** Salvador, 2012.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Segunda consideração intempestiva**: da utilidade e desvantagem da história para a vida. Rio de Janeiro: RelumêDumará, 2003.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, São Paulo, v.10, p.7-28, dez. 1993.

SOUZA, Katia Isabelli Melo de. **Arquivista, visibilidade profissional**: formação, associativismo e mercado de trabalho. Brasília, D.F.: Starprint, 2011. 252 p.

TANUS, Gabrielle Francinne de S.C. **Análise da influência acadêmico-institucional nos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia do Brasil**. 242 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, Belo Horizonte 2013.

THE PLACE OF PERSONAL ARCHIVES IN COURSES OF ARQUIVOLOGY IN BRAZIL

Abstract: The field of Archivology has given little importance to personal archives and / or literary, focusing their discussions on events, publications, and especially the teaching about the administrative and public archives. Thus, this paper aims to discuss the importance of personal archives in the curriculums of Archivology and reinforce the importance of collections of personal archives as a research resource and memory building. Thus, the method used was the literature research in order to build a text-critical that demonstrates the importance of personal archives. These archives consist of heterogeneous collections - archival, bibliographic and museum, involving a transdisciplinary team. Thus, it is believed that this time, the creation of more courses, should contribute to the visibility of personal archives on the field and in teaching Archivology.

Keywords: Personal Archives. Literary Archives. Archives. Administration Archives Teaching.

Originais recebidos em: 22/01/2014

Aceito para publicação em: 12/03/2014

Publicado em: 21/03/2014